



VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



A CULTURA DA UTILIDADE NOS ESCRITOS DAS MEMÓRIAS ECONÔMICAS DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA.

Igor Endlich Dourado¹

Resumo: Este artigo propõe explicar a mudança do pensamento português após a Revolução Científica e a Ilustração, assim como analisar, dentro das “Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa”, a valorização de um saber de caráter utilitário, voltado à produção de memórias que contribuiriam para a evolução econômica de Portugal e suas colônias. O trabalho busca mapear, dentro das memórias citadas, os principais assuntos e contextualizá-los com as noções de economia política presentes na Europa do fim do século XVIII e início do XIX.

Abstract: This article proposes to explain the change of the portuguese thought after the Scientific Revolution and the Age of Enlightenment, as well as analyze, inside of “Memórias Econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa”, the value of a utility knowledge, with production of memories that could contribute to the economic evolution of Portugal and its colonies. This paper aims to explore, within

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, pesquisa em andamento intitulada Produção intelectual e a cultura da utilidade: o perfil dos escritos nas Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789-1815. Email: igoredourado@hotmail.com

these memoirs, the main subjects and attempts to contextualize them within the notion of political economics present on Europe in the late eighteenth and early nineteenth centuries.

INTRODUÇÃO

Durante a Revolução Científica, no século XVI, ocorreu uma grande mudança no pensamento intelectual europeu, como mostrado por Soares, adotando

Concepções naturalistas, entrando em conflito aberto com a prática de sujeição ao argumento de autoridade dos textos antigos e as concepções aristotélico-tomistas que, embora enfatizando a importância da filosofia natural, tinham para com a natureza muito mais uma relação silogística (conceitual) do que experimental (SOARES, 1996, p. 18).

Dessa maneira, nota-se que o foco da pesquisa científica mudou; o naturalismo ganhou força e as experimentações sobre os objetos da natureza passaram a ser mais valorizados.

Embora o pensamento ilustrado europeu não fosse marcado pela homogeneidade de ideias e discursos, os intelectuais do século XVIII reservaram um lugar especial para a educação. Como também é sublinhado por Boto, "se o movimento iluminista destaca-se pela proeminência que oferece ao primado da razão humana, é pelo signo da educação que se dará o engendramento dessa racionalidade matricial." (BOTO, 2010, p.01). A sobreposição do secular sobre o religioso estimula ainda mais a pesquisa naturalista nos Setecentos, uma vez que a partir deste momento existiu um interesse em descobrir o funcionamento do mundo baseado em leis naturais e não religiosas.

Assim, em decorrência da mudança de pensamento supracitada, várias academias de ciências foram abertas pela Europa com intuito de explorar ao máximo as

potencialidades coloniais. Conforme foi destacado pela historiadora Vera Regina Beltrão Marques, "o ensino ilustrado da história natural caminhou ao passo com criação de academias científicas em vários países europeus" (MARQUES, 2005, p. 40). Acerca de tais academias, o historiador Rômulo de Carvalho as descreve como "congregações do saber", onde "encontravam-se os homens notáveis prontos a auxiliarem os governos em questões de ciência e técnica, assim como na economia, meteorologia, solos, climas, faunas e floras" (CARVALHO, 1981, p. 11).

Um dos desdobramentos centrais das Luzes também foi a racionalização das práticas administrativas. Segundo Lorelai Kury (2004, p.110), esse foi um fenômeno iniciado na Europa e com ramificações nas Américas e nas áreas de influência das metrópoles europeias. A pesquisadora aponta, ainda, que desde o século XVIII configuravam-se redes de informações sobre os diversos climas e populações do globo, capitaneadas pelas duas grandes potências coloniais do período, França e Inglaterra.

Também Portugal vivenciou tal racionalização. Conforme destaca Ângela Domingues (2001, p. 824),

Cientistas e funcionários criaram e sustentaram uma rede de informação que permitiu ao Estado português setecentista conhecer de forma mais aprofundada e precisa os seus domínios na Europa, Ásia, África e, sobretudo, na América, ou seja, reconhecer os limites físicos dessa soberania, bem como as potencialidades econômicas do território administrado.

A UNIVERSIDADE PORTUGUESA

De fato, desde o reinado de D. José I (1750-1777) as reformas empreendidas sob a batuta o então ministro Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal – apontam para a crescente preocupação com a produção de conhecimentos que fossem úteis tanto para economia quanto para a administração portuguesa. Durante o chamado período pombalino, diversos colégios foram criados em Portugal e a

Universidade de Coimbra passou, em 1772, por uma importante reforma em seus Estatutos. Basicamente, a reforma objetivava criar e regular novos cursos para a Universidade, de modo a favorecer estudos que seguíam a necessidade nacional, como mostrado no primeiro livro do Estatuto. (Estatuto da Universidade de Coimbra, 1772, livro 1, página VI-XII.)

Nas reformas pombalinas, "o ensino aparecia, assim, como peça fundamental da promoção da pública prosperidade - e da conseqüente superação dos obstáculos ao 'progresso' do Reino -, refletindo um projeto mais amplo que unia saber, poder e transformação das estruturas vigentes" (SILVA, 2003, p. 12). Vemos então que não se tratava apenas da formação de intelectuais, mas sim da formação de homens que ajudassem na manutenção do poder político português e no desenvolvimento do Reino.

Dentre as novidades da reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra estava a disciplina de História Natural, localizada dentro da recém-criada faculdade de Filosofia. É de lá que saíram os principais nomes para a criação da *Real Academia de Sciencias de Lisboa* em 1779, já durante a regência mariana (1777-1816). A instituição estava organizada em três eixos: Classe das Ciências Naturais, Classe das Ciências Exatas e Classe da Literatura – conforme definido por seu Estatuto. Os trabalhos acadêmicos seguiam, portanto, tais diretrizes (SILVA, 2015, p. 08). Em suma, a Academia em questão estaria

Vocacionada para fazer ciência, entendida no seu sentido mais lato, motivo de utilização e regozijo publico. [...] Propunha-se transformar a reflexão científica em objecto de grande consumo, expressamente privilegiando as suas funções de dinamização de projetos de 'adiantamento' econômico e social. (CARDOSO, 1988, p.40-41)

Durante o período mariano existe um grande discurso anti-pombalista, porém, vemos uma continuação nas políticas, principalmente educacionais, uma vez que a

Real Academia de Sciencias de Lisboa possuiu entre seus principais membros, intelectuais graduados na própria Universidade de Coimbra. O historiador Jansen G. Salles nos mostra que esta ocupação de cargos gerava a existência de "vários pólos de poder", gerando então uma "monarquia corporativa" entre os séculos XVI e meados do XVIII. (SALLES, 2016, p.87) Isso é continuado no governo mariano, uma vez que os pesquisadores eram integrados a burocracia portuguesa, assumindo altos cargos públicos em Portugal e suas colônias.

Entre as contribuições desta Instituição, merecem destaque a criação de prêmios destinados a trabalhos apresentados mediante a proposta de problemas a serem solucionados dentro dos eixos estruturantes, citados anteriormente – e a publicação de memórias selecionadas a partir de pesquisas dos acadêmicos colaboradores. Tais publicações parecem integradas ao foco central da *Real Academia* de "realizar um movimento intelectual que promovesse o Estado e sua economia, além de instruir o povo e assim retirar os portugueses de um isolamento filosófico, pedagógico e científico de muito tempo" (MUNTEAL FILHO, 1993, p. 183-184).

O CARÁTER UTILITARISTA DAS PRODUÇÕES

Para a execução desse projeto, elencamos como fonte de pesquisa principal as *Memórias Econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa (1789-1815)*², com a finalidade de averiguar em que medida elas traduzem a produção de um saber utilitário à Coroa pautado em noções da economia política. A obra é composta por cinco tomos, reunindo um total de 90 ensaios sobre temas econômicos e políticos que abarcavam toda a extensão do Império português. Considerados por diversos autores como “o paradigma do discurso ilustrado, reformista, utilitário, e de inspiração agrarista que caracterizou o panorama cultural português na transição de finais de setecentos até, pelo menos, meados do século XIX” (SILVA, 2015, p. 23).

² Essa obra se encontra online pelo portal *archive.org*.

Por meio de um levantamento quantitativo, pretendemos mapear quais são as discussões mais recorrentes nas *Memórias*, bem como analisá-las em diálogo com a conjuntura política e o pensamento econômico do período final do Antigo Regime luso.

As primeiras publicações da obra começaram a ser editadas pela tipografia acadêmica, no fim de 1780. Cabe destacar que as memórias escolhidas para inaugurar a produção foram oriundas da classe de Ciências Naturais, que compõem os tomos de memórias econômicas de 1789, 1790 e 1791. De modo geral, os conteúdos impressos revelam uma ciência atrelada a interesses estatais e pátrios. Como pontua Ronald Raminelli,

A ciência e a economia agiam como agentes estatais no processo de centralização política e controle do território – reino e ultramar. Fora deste âmbito, os cientistas não sobreviveriam, dependentes de recursos indispensáveis à execução de experimentos. (RAMINELLI, 2008, p.203)

Nesse sentido, a divulgação científica esteve conjugada à atuação política e aos seus projetos de transformação do país, possuindo caráter eminentemente prático.

Por outro lado, vemos que a grande maioria dos escritores, cujas memórias estão presentes nos cinco volumes publicados, trabalhava dentro da burocracia governamental, exercendo papéis de fiscalizadores ou até mesmo de administradores de grande parte de uma colônia. Os demais são padres, filhos de famílias abastadas ou em alguns casos não se encontram registros sobre o autor, portanto não podemos afirmar sua participação governamental.

No primeiro tomo, publicado no ano de 1789, encontramos nove memórias correspondentes à agricultura, quatro sobre indústrias, duas sobre mineração, duas sobre a população e cinco sobre os territórios portugueses. O que nos sugere que o

principal interesse da coroa neste ano era a expansão da agricultura em seus domínios, deixando claro o caráter utilitarista das produções.

O segundo tomo tem sua data de publicação no ano seguinte, em 1790, sendo suas memórias divididas em uma de comércio, quatro de agricultura, quatro de botânica, duas sobre os domínios portugueses, duas sobre mineração, uma referente sobre indústria e uma sobre pesca. Tendo em vista a diferença de um ano em relação ao primeiro tomo, é possível observar que as memórias sobre agricultura ainda possuem um peso considerável entre as demais.

Diferenciando-se dos dois primeiros, o maior foco das publicações do terceiro tomo, datado de 1791, está no controle dos domínios portugueses e em como alcançar o maior desempenho dos mesmos, somando ao todo oito memórias sobre esse assunto. No mesmo tomo ainda contam-se seis memórias sobre agricultura e uma memória de cada sobre indústria, pesca, botânica e comércio.

O quarto tomo foi publicado após 21 anos, em 1812, e nele encontramos quatro memórias referentes à botânica, três sobre a pesca, duas de cada sobre agricultura, comércio e domínios portugueses e uma sobre a marinha portuguesa. É visto um aumento considerável nas memórias acerca da pesca e da botânica, enquanto que visualizamos uma diminuição considerável no foco da agricultura em relação aos assuntos anteriores.

O quinto e último tomo foi publicado em 1815, somando em seu conteúdo cinco memórias sobre agricultura, três sobre os domínios portugueses, duas sobre população, duas sobre botânica e uma sobre pesca. Três anos após a produção do quarto tomo a agricultura volta a ser o maior foco entre as memórias publicadas, assim como a população e os domínios portugueses.

Posto isto, entendemos que o foco das pesquisas se restringiam a temas que pudessem, de alguma forma, alavancar a produção e a economia do império. Esse caráter utilitarista está presente em todas as memórias publicadas, comprovando a

mudança do pensamento português e também do europeu ao longo do século da Ilustração. Essa mudança de pensamento, assim como a mudança de estrutura e de comportamento dentro do meio acadêmico, também é objeto central de análise da presente pesquisa.

Para o tratamento adequado dos dados obtidos, partiremos do aporte do sociólogo Pierre Bourdieu que nos apresenta o campo científico como o lugar onde ocorrem as lutas pelo monopólio da competência científica. Segundo Bourdieu, as práticas nesse campo estão voltadas à aquisição de autoridade científica, percebidas como importantes e tendo a capacidade de serem reconhecidas por outros pesquisadores. (BOURDIEU, 1983, p.114)

Partindo dessa compreensão inicial, podemos apontar a *Real Academia* como principal centro representante do campo científico luso em finais do século XVIII. Sendo essa instituição o principal eixo de produção e circulação de informação científica de Portugal da época, ela foi capaz de proporcionar a cooperação e integração entre acadêmicos e intelectuais, contribuindo consideravelmente para o reconhecimento de muitas descobertas científicas. O que resultou na confirmação, no plano individual, das competências e o estabelecimento de credibilidade e aceitação do pesquisador na comunidade científica. Além disso, a Academia de Lisboa participava também no circuito de reconhecimento mútuo entre as várias academias europeias através da troca das respectivas publicações. (SILVA, 2015, p.174)

Assim sendo, à luz do conceito de *campo* definido por Bourdieu, buscaremos elencar de que forma a produção das *Memórias Econômicas* – ao legitimar a produção acadêmica de seus associados – contribuía para consolidação desse “espaço estruturado de posições onde dominantes e dominados lutam pela manutenção e pela obtenção de determinados postos”. (BOURDIEU, 1983, p.116)

REFERÊNCIAS

- BOTO, Carlota, **A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade.** Revista Brasileira de Educação [en linea] 2010, 15 (Mayo-Agosto): Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27518764006>> ISSN 1413-2478, Acesso em 11 de Agosto de 2017.
- BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: Ortiz, Renato (org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**, n 39, Editora Ática, São Paulo, 1983, p. 114.
- CARDOSO, W.; NOVAIS, F.; D'AMBRÓSIO, U. **Para uma história das ciências no Brasil colonial.** Revista Brasileira de História da Ciência, n. 1, p. 13-17, jan./jun. 1985
- CARDOSO, J.L., **O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)** . Editorial Estampa, 1988.
- CARVALHO, Rômulo. **A actividade pedagógica da Academia de Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX.** Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1981.
- CRUZEIRO, Eduarda. **A reforma pombalina na história da universidade.** Análise Social. Vol. XXIV, 100, 1988, 165-210. [online] Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223029550B7xEB9pj4Ht43DJ4.pdf>. Acesso em 13 de agosto de 2017.
- DOMINGUES, Ângela. **Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos.** *Hist. cienc. Saúde* [online], vol.8, 2001.
- KURY, L. B.. **Entre utopia e pragmatismo: a história natural no Iluminismo tardio.** In: Luís Carlos Soares. (Org.). **Da Revolução Científica à Big-business Science: 5 ensaios de história das ciências e da tecnologia.** Rio de Janeiro/São Paulo: Eduff/Hucitec, 2001

- MARQUES, V. R. B. **Escola de Homens de Ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779**. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 25, p. 39-58, 2005
- MUNTEAL, F. O. *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do antigo sistema colonial (1779-1808)*. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- SALLES, Jansen G. **Da calúnia à supressão: discursos sobre educação e antijesuitismo no período pombalino**. Vitória, 2015.
- SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. **A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia**. Lisboa, 2015.
- SILVA, A. R. C. . **A formação do homem público no Portugal setecentista: 1750-1777**. *Intellèctus (UERJ)*, UERJ, Rio de Janeiro, v. 2, 2003.
- SOARES, L. C.. **O nascimento da ciência moderna: os caminhos diversos da revolução científica nos séculos XVI e XVII**. *Arrabaldes Cadernos de História*, Niterói, v. 2, p. 8-43, 1996.
- RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas; monarcas, vassalos e governo a distância**. 1. ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.